

Sarney até 90

Governo promete agora uma "revolução capitalista"



O ministro da Presidência, Renato Archer, do grupo de Ulysses Guimarães



Mailson, quarto ministro da Fazenda de Sarney, embarca para Florianópolis

Do enviado especial a Brasília

Obtido o mandato de cinco anos, o presidente José Sarney imagina lançar as bases para uma verdadeira "revolução capitalista". Exagero? Pode ser, mas é exatamente assim que o líder do PFL no Senado, o senador paraibano Marcondes Gadelha, descreve a disposição palaciana para o que resta de mandato: "O governo vai estabelecer de fato no país a economia de mercado. Até agora, ela só existe em tese, porque o Estado responde por 60% da formação bruta de capital".

São dois os componentes dessa "revolução" e ambos já foram lançados antes mesmo da votação do mandato: o ataque ao déficit público e a nova política industrial. Na Fazenda, dá-se como encerrada, por enquanto, a definição das linhas mestras da nova política econômica e trabalha-se apenas com a ideia de executar o que está no papel, seguindo o tripé desestatização-desburocratização-desregulamentação.

Gadelha e Planalto chegam a supor que essa "revolução" produzirá efeitos a curto prazo, este ano mesmo: o líder pefelista diz que as previsões para o crescimento da economia em 1988 são de 4% em relação a 1987, que os investimentos vão começar a pipocar mais rapidamente do que se imagina, que a inflação será derrubada porque o governo está atacando a sua causa principal, o déficit público.

Esse cenário róseo imaginado no Palácio do Planalto não encontra eco no Ministério da Fazenda. Lá, o máximo que se espera de crescimento para este ano é 2%, assim mesmo se as coisas correrem muito bem, como diz o secretário-geral do Ministério, Paulo César Ximenes. Por isso mesmo, o ministro Mailson da Nóbrega prefere, para o que resta do mandato de Sarney, um trabalho bem mais prosaico, que é o de montar as bases para que o país possa voltar a um ritmo sustentado de crescimento no futuro imediato.

Onde as duas faces do governo, a técnica e a política, estão de acordo é na importância do desafio que o próprio presidente julga estar em suas mãos: provar que o poder civil é viável no Brasil.

Para isso, será preciso uma combinação das duas vertentes, a técnica e a política, em doses que os técnicos do Ministério da Fazenda encaram com profundo realismo. Eles estão convencidos — o que foi dito à Folha separadamente por Mailson e por Ximenes — de que o presidente se imbuíu definitivamente da necessidade de atacar o déficit público, a estatização e a burocracia, como os inimigos mortais da modernização. Mas sabem, também, que um homem como Sarney jamais abandonará considerações de ordem política.

Como o programa econômico para o que resta de mandato já está esboçado e comporta muito mais o acompanhamento e a execução do que foi estabelecido do que novas medidas, os primeiros desafios do pós-votação serão políticos.

Em primeiro lugar, o presidente terá que definir que linha apoia a eventual reforma do ministério. O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, exige que o governo ganhe unidade, por meio da decapitação de ministros não alinhados com o presidente. Lourenço não esconde que está se referindo, acima de tudo, a Renato Archer, da Presidência Social. Já Gadelha é mais suave: ele acha que a consolidação do governo, produto da vota-

ção e de uma política econômica perfeitamente definida, provocará por si só a unidade na equipe governamental, sem que seja obrigatório o expurgo. Todas as indicações disponíveis vão na direção de que Sarney se inclina pela moderação de Gadelha.

Para facilitar o trabalho de recomposição, Sarney mandou examinar os estudos para uma reforma administrativa. Fundindo e extinguindo ministérios, o presidente pode acertar dois alvos de uma vez: cortar despesas públicas e mexer nos ministros sem dar às trocas uma excessiva conotação política.

Com o PMDB

Não é que o presidente tenha a melhor opinião a respeito da heterogênea composição política de seu gabinete, formado por pefelistas, peemedebistas "ulyssistas", peemedebistas conservadores e independentes. Ocorre que não há outra composição à mão para que Sarney introduza alterações que escapem de uma mera mudança de nomes.

O presidente já chegou à conclusão, transmitida a seus intimos, de que o PMDB é essencial para a sustentação política de seu governo no pós-votação do mandato. É mais essencial, até, do que o PFL, um partido que Sarney imagina em vias de desintegração. Quando Sarney diz PMDB, não está se referindo ao partido tal como é hoje, mas à nova agrupação que emergirá da Convenção Nacional, já expurgada de algumas lideranças de centro-esquerda.

Sarney trabalha com a hipótese de que o novo PMDB será uma composição entre o que restar de centro-esquerda, o "ulyssismo" e o conservadorismo do chamado Centro Democrático. Como sabe que Ulysses Guimarães trabalha na mesma direção, o entendimento entre os dois, que foi tumultuado até a ante-véspera da votação do mandato, pode se estreitar mais ainda.

Na prática, esse novo relacionamento Ulysses-Sarney já foi testado antes mesmo da votação do mandato: na semana anterior, dois dos filhos do presidente (José e Fernando) selaram com Ulysses, Renato Archer e o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, um acordo que mantém a coligação PMDB-PFL, no plano local, já com vistas à sucessão estadual, que José Sarney Filho pretende disputar em 1990.

É por esse tipo de aliança que passa toda a estratégia palaciana para as eleições municipais, se elas se realizarem mesmo este ano. Unindo o "ulyssismo" aos "sarneyzistas" do PMDB (caso de Cafeteira) e ao PFL confiável para o Planalto, mais os governadores estaduais, o governo conta poder disputar em condições de pelo menos não fazer má figura.

Se a eleição ficar para 89, aí a estratégia palaciana será reformulada, até porque a prioridade será a eleição presidencial. Nem mesmo em seus momentos de mais radical otimismo, Sarney imagina que a "revolução" que pensa pôr em marcha será completada no curto tempo que lhe resta. Precisa, portanto, de um sucessor confiável, que ainda não existe.

Há influentes setores palacianos e governamentais que tentam fixar o nome de Jânio Quadros, prefeito paulistano, como o candidato da situação, mas Sarney não se definiu. O que se explica: se, de fato, a "revolução" entrevista por Gadelha ou, ao menos, a estabilidade prevista por Mailson tiver sido alcançada, o cacife do presidente cresce enormemente. (Clóvis Rossi)

Fazenda continuará política de conter déficit

ALON FEUERWERKER
Enviado especial a Brasília

A definição de cinco anos de mandato para o presidente José Sarney não deve acender esperanças de uma retomada a curto prazo do crescimento econômico. O reacquecimento da economia fica para o começo do próximo ano. Ou, numa hipótese otimista, para o final deste. Este quadro, desenhado no Ministério da Fazenda, será consequência da continuidade da política de contenção do déficit público, que permanece o centro da estratégia do ministro Mailson da Nóbrega.

"Não é possível retomar o crescimento com a inflação num patamar de 18%", fez questão de frisar o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Paulo César Ximenes. Por isso, para não levar a economia à hiperinflação, a equipe econômica vai concentrar seus esforços este ano na meta de um déficit público de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), como ficou acertado com a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI). Com o déficit sob controle, acredita a Fazenda, será possível estabilizar e até mesmo reduzir gradualmente a inflação.

Nesse cenário pintado com cores otimistas, com uma inflação controlada e um déficit público pressionando menos a poupança privada, abriu-se o espaço para o setor privado deslanchar, favorecido pela nova política industrial — de menos intervenção estatal e mais abertura para o exterior —, pela conversão da dívida externa em investimentos e pelo acerto com os credores.

Para o acerto externo, a definição do mandato é "um divisor de águas", diz o secretário Paulo César

Ximenes. "Ela dá um horizonte mais estável para a negociação". Mas, se no caso da dívida externa a política ajuda a economia, acredita-se entre os membros da equipe econômica que no quadro interno tenha acontecido principalmente o inverso. O raciocínio é, em linhas gerais, o que se segue. Depois da aprovação, em março, dos cinco anos para o mandato dos futuros presidentes, restava apenas uma alternativa para os defensores dos quatro anos para Sarney: apostar no desequilíbrio da economia, na perda de controle do déficit público e no "estouro" da inflação. Nesse quadro, a realização imediata de eleições seria apresentada pelos quatro anos como a única alternativa contra a crise.

Entretanto, quando o Palácio do Planalto finalmente tomou, há dois meses, a decisão de congelar a URP dos servidores federais — prossegue o raciocínio da Fazenda —, conseguiu-se reverter uma expectativa desfavorável, de que o governo seria incapaz de tomar medidas duras contra o déficit. Isso, mais a relativa estabilização da inflação nos últimos meses em torno de um patamar de 18% — quando na própria Seplap se projetava inicialmente a inflação de abril para cerca de 21% —, teria acabado por ajudar a esvaziar a pregação quatroanista.

O secretário Ximenes insiste que, por enquanto, a equipe econômica afastou a ideia de substituir a URP pela livre negociação salarial. "Havia a disposição inicial de passar para a livre negociação, mas chegamos à conclusão que, num país indexado como o nosso, não há condições de desindexar apenas um dos agentes econômicos", explica.

Nem havia condições políticas, admite ele. E agora que o mandato está definido? "A política salarial fica", repete mais uma vez Ximenes. Ela pode mudar, acrescenta, mas só depois que o governo reduzir substancialmente a inflação, projetada para cerca de 600% este ano.

Outro assunto que concentra as atenções da equipe econômica é a chamada "operação desmonte", pela qual o governo pretende transferir para Estados e municípios parte de suas atribuições. Isto para compensar a descentralização tributária que entra em vigor com a nova Constituição. Uma má novidade para os Estados: "Vamos diminuir as transferências não constitucionais que visam cobrir gastos com pessoal", afirma Ximenes.

Câmbio

Apesar da grita de parto do empresariado contra a defasagem cambial, a Fazenda nega firmemente a possibilidade de mudanças na política de minidesvalorizações do cruzado. "Se a defasagem cambial é setorial, como o é, o setor tem que se ajustar", responde Ximenes quando perguntado sobre uma possível máxi ou mesmo mididesvalorização. "Não é justo que o conjunto da sociedade pague por um problema setorial".

Ele argumenta ainda com os números da balança comercial, que registrou em abril um recorde histórico de US\$ 1,9 bilhão. "Precisamos agora é diminuir esse saldo, pois ele dificulta em muito a política monetária, além de ser um fator complicador para as relações do Brasil com a comunidade financeira internacional".

Para quem reclama da defasagem

cambial, o governo argumenta com uma alternativa que se casa também com a necessidade de reduzir o saldo da balança comercial: a redução de custos, via liberação da importação de insumos e bens de capital. Isto começou a ser viabilizado com a adoção, em maio último, da nova política industrial. Aos setores (principalmente do ramo de máquinas) que protestam antecipadamente contra uma possível abertura brusca para o exterior e temem o sucateamento do parque industrial brasileiro, a Fazenda diz que haverá um período para todos se adaptarem às novas regras e para adquirirem competitividade para concorrer com os produtos importados. "Não haverá uma abertura precipitada, mas a decisão de abrir está tomada e todos devem ter consciência de que precisam se adaptar aos novos tempos", afirma Ximenes.

Após o corte no orçamento em um volume correspondente a 1% do PIB, a privatização de empresas estatais passa a concentrar a atenção a curto prazo da equipe econômica.

A Fazenda encara essa questão sem preconceitos. "Não há atividade econômica hoje desempenhada pelo Estado que a iniciativa privada não possa assumir", declara Ximenes. Ele não diz, mas fica subentendido que mesmo áreas estratégicas, como petróleo por exemplo, podem ser incluídas no programa de desestatização, mesmo que a longo prazo.

Mas o importante, completa o assessor do ministro Mailson da Nóbrega, é que as privatizações iniciais tenham sucesso, para que o processo deslanche. "É mais importante que façamos a coisa devagar e que ela vá dando certo, do que tentar fazer tudo de uma vez só".

Presidente gasta três anos do seu mandato para conseguir mais um

ROBERTO LOPES
Enviado especial a Brasília

A história se repete. Nas últimas semanas, um pequeno grupo de colaboradores e amigos íntimos do presidente José Sarney deixou vazar que, agora, tendo a Constituinte fixado seu mandato em cinco anos, Sarney vai executar a ofensiva política indispensável a uma arrancada econômica e à redenção de seu acidentado governo.

O Palácio do Planalto e os frequentadores do Alvorada (residência oficial do presidente), já se utilizaram desse expediente há pouco mais de dois meses, quando o governo jogou tudo — cargos e verbas inclusive — para arrancar dos parlamentares um mandato de cinco anos para os sucessores de Sarney — e, com isso, forjar um alibi para o próprio Sarney. "O que vai haver agora é um novo governo", disse à Folha, na tarde de 23 de março último (dia seguinte ao da votação do presidencialismo com cinco anos para os futuros presidentes), o normalmente bem informado ministro da Habitação Prisco Viana.

Tirando a escada

Com a calma de um acadêmico, José Sarney dedicou-se, então, a recolher as escadas daqueles que — como Prisco, o (ministro do Exército) general Leonidas Pires Gonçalves e o senador piauiense Alvaro Pacheco (seu amigo particular) — usavam os pincéis para persuadir, ameaçar e estimular em nome do sarneyzismo e de promessas vagas, destinadas apenas a mais um lance de argúcia política maranhense do presidente da República. Logo que teve oportunidade, José Sarney atribuiu ao seu aparentemente inesgotável espírito da tolerância e sacrifício, a decisão de não atender aos apelos daqueles que clamavam por retaliação.

Um senador do PFL que priva da intimidade do Alvorada garantia, contudo, que, desta vez, a retaliação vem mesmo, e que ela está sendo preparada pelo subchefe de Assun-

tos Parlamentares do Gabinete Civil da Presidência, Henrique Hargreaves. É ele quem está cuidando de levantar um "quem é quem" sobre aproximadamente 2.500 cidadãos que ocupam cargos de direção nas centenas de empresas estatais brasileiras. Com isso na mão, caberá ao presidente determinar o fim da ingerência de peemedebistas e pefelistas infiéis ao governo na máquina administrativa federal.

"Fulano de tal foi indicado para o cargo pelo Fernando Henrique (Cardoso, senador paulista e dissidente do PMDB)? Pau nele", exemplificou esse parlamentar sarneyzista, "ciclano foi colocado no cargo pelo Mário Covas (outro senador dissidente)? Cutelo nele!". Segundo esse senador vai ser assim, distribuindo bordoadas, que Sarney passará, então, à segunda fase de sua ofensiva: a da formação de um bloco ou de um partido político. A ideia é constituir esse agrupamento com os parlamentares que apoiaram, ontem, os cinco anos para Sarney.

Mas a ofensiva teria, ainda, um terceiro objetivo, que essa fonte classifica como de "participação com responsabilidade" — e que vai exigir que governadores como Moreira Franco, do Rio, e (em menor grau) Orestes Quércia, de São Paulo, parem de tergiversar sobre o acerto das ações do governo, passando a defender a administração federal com o ardor de quem quer continuar recebendo suas benesses.

"Esmerilhando a pessoa"

Nem todos acreditam que a retaliação venha assim, às claras. O deputado Delfim Netto (PDS-SP), por exemplo, não tem dúvidas de que a revanche virá, mas assegura aos amigos que ela virá na forma de uma "vingança ao estilo Sarney, esmerilhando a pessoa, lixando a pessoa, desgastando-a lentamente até transformá-la em um nada, como ele fez com o Funaro (Dilson Fumaro, ex-ministro da Fazenda)".

O futuro do governo Sarney parece definitivamente impregnado da prática política de seu passado. Passado

em que o presidente da República acreditou piamente no milagre do Plano Cruzado (implantado pelo decreto nº 2.283, de 28 de fevereiro de 86). "Eu não sei como o Delfim não viu antes essa maneira de eliminar a inflação", disse Sarney a um seu amigo, o dublê de fazendeiro e chanceler, Abreu Sodré. Delfim soube do comentário, e não gostou.

Para muitos congressistas experientes, acreditar no Cruzado — e no endeusamento que ele produziu — foi já o segundo erro político grave que José Sarney cometeu a partir da morte do presidente eleito Tancredo Neves. O primeiro foi ter acreditado que o PMDB o aceitaria como um dos seus.

Mesmo depois da fatídica terceira semana de novembro de 86, quando o governo aumentou o preço da gasolina em 60,16%, antecipando uma descompressão do Plano Cruzado que faria o sucesso do governo voar em mil pedaços, o presidente pareceu não querer despertar do sonho. O jornalista Alexandre Garcia foi visitá-lo dias depois que o governo editou o chamado Cruzado 2 (ainda em novembro) — com reajustes astronômicos de preços. O presidente resumiu sua fé inabalável (na verdade, sua ilusão) em uma só frase: "é, mas apesar de tudo isso que está acontecendo, o rio Amazonas continua correndo para o mar".

Golpe da moratória

Sob o signo da derrota, Sarney assistiu, a 1º de fevereiro, à instalação da 5ª Assembleia Nacional Constituinte brasileira. Dezenove dias depois, a drástica redução das reservas internacionais do país descolou, para o presidente, uma ocasião de "unir o país" — e um golpe de mestre na política. Sarney anuncia a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, a famosa moratória. A fraça repercussão política do anúncio é uma surpresa duríssima.

Uma noite, por essa época, Alvaro Pacheco entra no pequeno estúdio do

presidente, no segundo pavimento do Alvorada, e o encontra em uma poltrona, a cabeça baixa, o rosto escondido entre as mãos. Pacheco bate no ombro do amigo e diz: "Que isso Sarney, não fica assim não. O Brasil é muito grande, a situação é difícil mas nós vamos superar isso..." O presidente parece despertar de uma reflexão profunda: "Hem? Não, não é nada disso não. É que o Jorginho vai embora daqui amanhã", responde sem esconder a tristeza na voz. "Jorginho" é o secretário particular e genro do presidente, Jorge Murad, que está, hoje, separado de Roseana, a única filha do presidente.

Golpe do mandato

Afogado em um mar de problemas econômicos, abalado por problemas pessoais, José Sarney limita-se a assistir a escolha do senador paulista Mário Covas, em março de 87, para o cargo de líder do PMDB na Constituinte. Nas semanas seguintes, Sarney colide repetidas vezes com o PMDB. Para ficar com o ministro Antônio Carlos Magalhães, ele se afasta dos peemedebistas baianos chefiados por Waldir Pires. Incapaz de controlar os choques do PMDB com o Gabinete Civil da Presidência, perde o chefe do Gabinete Civil, senador Marco Maciel (do PFL). No final de abril, contudo, a crise mais desgastante de todas: Sarney escolhe e Ulysses veta o governador cearense Tasso Jereissati para o cargo de ministro da Fazenda.

No mês seguinte o presidente tenta um novo lance político, e prova que não está à mercê apenas do PMDB. Em uma reunião com Ulysses e com o presidente de honra do PFL, Aureliano Chaves, resolve aceitar a redução de seu mandato em um ano — e anuncia isso a 18 de maio. A estratégia de Sarney é tornar as duas lideranças mais expressivas na Aliança Democrática fiadoras de seu mandato — mas nem Ulysses nem Aureliano dominam mais integralmente os seus partidos, e a manobra falha.

A 25 de junho de 87, cerca de mil manifestantes cercam e apedrejam o ônibus que conduz o presidente e sua comitiva no centro do Rio. Menos de dois meses depois, os partidos de esquerda se aliam a uma facção que se autodenomina "Progressista" do PMDB, para uma ação conjunta no Congresso constituinte. Sarney estimula a criação de um grupo que se opõe a essa aliança — o Centro Democrático —, e envereda por um caminho sem volta: o da intervenção pessoal nos destinos da Constituinte.

Falida a Aliança Democrática, o presidente vai para a televisão e anuncia a inauguração de uma fase em que governará "acima dos partidos políticos". Seus colaboradores destilam informações sobre uma ampla reforma administrativa e ministerial, que permitirá a arrancada. Contudo, Sarney não está pronto para governar acima da autoridade de Ulysses Guimarães, e se limita a entronizar alguns políticos Sarneyzistas (como os deputados Prisco Viana e Borges da Silveira) na máquina federal.

Em novembro, centristas, governistas e sarneyzistas são colhidos no ardil que Mário Covas lhes preparara meses antes, ao indicar a representação do PMDB na Comissão de Sistematização da Constituinte. O texto da nova Carta que sai da Sistematização — com apenas quatro anos de mandato para Sarney — é uma vitória (essa sim, ampla) das esquerdas. O governo reage engrossando o Centro Democrático com as vozes conservadoras e agressivas dos deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), José Lourenço (PFL-BA), Ricardo Fiuza (PFL-PE) e Amaral Neto (PDS-RJ) — surge o Centrão.

Empreiteiras

O funcionamento de uma fantástica máquina de favorecimentos, cargos e verbas consegue reverter o rolo compressor das esquerdas e mudar o tom da Constituinte. Cardoso Alves exulta: "E dando que se

recebe". Nos bastidores do governo, outros fatos afastam, cada vez mais, a perspectiva de eleições presidenciais em 88. Um dos mais significativos é a volta dos ministros militares à cena política. O diretor em Brasília de uma das maiores empreiteiras do país, diz a seu amigo pessoal general Leonidas Pires Gonçalves, que "as empreiteiras estão todas quebradas" e que "elas não têm dinheiro para bancar as candidaturas dos políticos esse ano".

Com a usina de benesses governamentais funcionando a pleno vapor, e as declarações dos ministros militares, o governo consegue a retumbante vitória de 22 de março. A isso sobrevém, no entanto (e mais uma vez), a decepção com o aproveitamento que Sarney faz de seus melhores momentos políticos — e o vácuo termina preenchido por um punhado de senadores que vão compor a CPI da corrupção no governo.

A tralha e o milho

Operando dentro do PMDB e do PFL, o maranhense José Sarney conseguiu rachá-los em definitivo. Nas últimas semanas, muitos daqueles que lutavam por encerrar seu mandato para quatro anos, preferiram dedicar-se à articulação de um novo partido. Dias atrás, o senador José Agripino Maia (PFL-RN) condenava essa ação desagregadora do presidente da República e dizia: "Quem está com Sarney hoje, em off, por favor, é a tralha da política brasileira, à exceção do Passarinho (senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS). Sarney passa, vai jogando o milho, e eles vão atrás, bicando".

Na semana passada, depois de perceber que um grupo de repórteres ouvia com incredulidade suas profissões de fé no futuro do país, o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), 70, acrescentou: "Vocês ainda não de ver muitos bustos e praças com nome de José Sarney". Deu as costas e foi se embora.